

REFLEXOS PSICOLÓGICOS AO ADOTANDO NA UNIÃO HOMOAfetiva

Nathália de Faria Rezende Amaral¹
Eumar Evangelista de Menezes Junior²

Resumo: O assunto apresentado neste artigo é bastante polêmico, pois trata de uma possibilidade recente, tendo assim ainda muitas divergências. Vislumbram-se diversos posicionamentos acerca das reais consequências psicológicas para o adotando e as opiniões religiosas sobre este comportamento. O objetivo do presente artigo é expor os reflexos psicológicos para o adotando na união homoafetiva, apresentando a forma como se deu a equiparação da união homoafetiva à união estável heterossexual, tendo com referência os argumentos utilizados pelos Tribunais Superiores. Pontuar-se-á, também, questões como a imparcialidade do juiz quando da apreciação desse tipo de adoção e a inserção de dados no registro civil do adotando. No presente contexto, verificam-se as diversas conquistas dos casais homossexuais quanto a direitos antes assegurados apenas aos casais heterossexuais, como a adoção. O STJ e o STF ao proferirem decisões, relativas a este tema, estabeleceram um caminho que deve ser seguido pelas demais instâncias de justiça, devendo o magistrado ser imparcial no julgamento. Em relação à questão dos reflexos psicológicos, não há estudos que comprovem a existência de prejuízos advindos do relacionamento familiar homoafetivo para o adotando. A metodologia da pesquisa desenvolvida foi eminentemente bibliográfica, baseada em doutrinas, jurisprudências e legislações atinentes ao tema pesquisado.

Palavras-chave: Reflexos psicológicos, adoção, união homoafetiva, entidade familiar, ativismo.

PSYCHOLOGICAL REFLEXES TO THE ADOPTEE IN THE SAME SEX UNION

Abstract: The issue presented in this article is very controversial as it is a recent possibility and thus, still has many controversies. There is progress in several positions on the real psychological consequences for the adoptee and the religious opinions on this behavior. The goal of this article is to expose the psychological consequences for the adoptee in the same sex union, presenting the way they gave the equal treatment of same sex marriage to heterosexual common-law marriage, with reference to the arguments used by the Superior Courts. It will be also pointed issues such as the impartiality of the judge when assessing this type of adoption and the data entry in the civil registry of the adoptee. In this context, there are the various achievements of homosexual couples as the rights guaranteed before only to heterosexual couples, such as adoption. The Supreme Courts when rendering decisions relating to this issue, set a path to be followed by other instances of justice, which is to the judge be impartial in judgment. About the psychological reflexes, there are no studies that prove the existence of losses arising from same sex family relationships for the adoptee. The methodology of the developed research was eminently literature, based on doctrines, jurisprudence and the pertaining legislation to the researched topic.

Keywords: Psychological reflexes, adoption, same sex union, family entity, activism.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da UniEvangélica.

² Prof. Me. Do Curso de Direito da UniEvangélica, pesquisador do NPDU e Orientador de NTC. Advogado.

Introdução

O presente artigo busca expor a atual situação da adoção por casais homossexuais no Brasil e os reflexos psicológicos para o adotando, destacando a evolução e a inserção de novas modalidades de família na Constituição Federal de 1988, bem assim o posicionamento dos órgãos máximos de justiça do Brasil, entre outros pontos.

Este tema vem ganhando grande destaque nos últimos tempos, sendo debatido por toda sociedade. As opiniões quanto a temática são divergentes e envolvem questões religiosas, legais, morais e psicológicas, sendo, em certos momentos, flagrado a intolerância e o preconceito.

Há que se levar em conta a importância do instituto da adoção frente à quantidade de crianças e adolescentes abandonados e os reais reflexos psicológicos para o adotando inserido nessa modalidade de família. Por haver tantas divergências, torna-se imprescindível o estudo do assunto, salientando a atuação dos Tribunais Superiores e o posicionamento da sociedade.

Os fundamentos legais e os princípios norteadores da união homoafetiva serão evidenciados, conforme o posicionamento do Supremo Tribunal Federal - STF e do Superior Tribunal de Justiça - STJ sobre a questão da equiparação à união estável e a possibilidade de adoção, sendo que ao final, serão apresentados os reflexos psicológicos para o adotando e os aspectos relacionados ao trâmite e processualização da adoção, ressaltando a questão da imparcialidade do juiz e a inserção dos dados nos registro civil.

O posicionamento dos Tribunais, o reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar, e a sua equiparação à união estável heterossexual

A adoção por pares homoafetivos é um tema muito polêmico. Contrapõe a religião e seus dogmas, sendo contrariado pelo conservadorismo presente no Brasil, e pelo o preconceito em relação a aos casais homoafetivos.

Inicialmente, é importante destacar os julgados do STF e STJ que possibilitaram o reconhecimento das uniões homoafetivas como entidades familiares e declararam a possibilidade de adoção por estes casais: a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 132 e a Ação Direta de

Inconstitucionalidade 4722 do STF e o Recurso Especial 889852 do STJ.

Conforme dispõe a jurista cível Marianna Chaves (2011) a ADPF 132, apresentada ao STF, buscava a aplicação analógica do artigo 1723 do Código Civil às uniões homoafetivas, com amparo na chamada “interpretação conforme a Constituição”, além de suscitar a afronta aos direitos fundamentais das decisões que denegavam a equiparação das citadas uniões às uniões estáveis heterossexuais.

No mesmo sentido foi a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 178, proposta pela Procuradoria Geral da República e recebida como Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277. Esta ação almejava a declaração do reconhecimento da união homoafetiva, como entidade familiar, desde que estivessem presentes os mesmos requisitos necessários para a caracterização da união estável entre homem e mulher. Tornando viável, em razão disso, a extensão dos direitos e deveres originários da união estável aos pares homoafetivos, como por exemplo: o direito a adoção, ao recebimento do benefício previdenciário em caso de falecimento do companheiro, sendo de incumbência do legislador atuar para a regulamentação desses direitos.

Alguns dos direitos estendidos a esses casais a partir da decisão dos ministros do STF eram concedidos antes mesmo da referida decisão. Entretanto, eram realizados após o firmamento de uma sociedade de fato, a qual não levava em conta os vínculos sentimentais das partes, já que tratava de um acordo puramente comercial. Nesses casos, com a morte do companheiro, era necessário provar participação no esforço comum, para a formação do patrimônio, para que assim, pudesse adentrar na partilha de bens. Esses litígios tinham tramitação na Vara Cível. Com o reconhecimento da união homoafetiva, como entidade familiar, aquele esforço passou a ser presumido e qualquer demanda, atinente a essas questões, tornou-se de competência da Vara de Família (SILVA JUNIOR, 2011, *online*).

Ao final, ambas as ações foram julgadas procedentes pelos ministros do STF, concluindo, assim, pela aplicação do regime jurídico da união estável entre pessoas de sexo, à união estável homoafetiva. Essas decisões refletem a necessidade de proteção a essa nova modalidade de família e de repressão a qualquer tipo de discriminação.

Entretanto, ao proferir tais decisões o STF terminou por exercer uma função típica do legislativo, afrontando o princípio da separação dos poderes. Tal princípio, conforme dizeres de Uadi Lammêgo Bulos (2009, p. 222) estabelece que o

Legislativo, o Judiciário e o Executivo são poderes independentes e harmônicos entre si. Montesquieu (1748 *apud* BRUNAZO FILHO, 2004, *online*) explana com maestria a respeito da importância desta separação:

Não haverá também liberdade se o poder de julgar não estiver separado do Poder Legislativo e do Executivo. Se estivesse ligado ao Poder Legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria legislador. Se estivesse ligado ao Poder Executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos.

Em razão desta interferência injustificada, configurou-se o fenômeno conhecido como “ativismo judicial”. Luís Roberto Barroso (2009, *online*) conceitua e explica em quais casos tal fenômeno ocorre:

[...] o ativismo judicial é uma atitude, a escolha de um modo específico e proativo de interpretar a Constituição, expandindo o seu sentido e alcance. Normalmente ele se instala em situações de retração do Poder Legislativo, de um certo descolamento entre a classe política e a sociedade civil, impedindo que as demandas sociais sejam atendidas de maneira efetiva.

Mesmo com estas opções, não há como eximir a responsabilidade da sociedade sobre este fato, afinal os membros do legislativo são representantes do povo e eleitos pelo povo. Esta responsabilidade existe justamente em virtude do voto, pois ao escolher o candidato, muitos não analisam se este está realmente interessado em contribuir, representar e lutar pelos interesses da população. É necessário que o voto seja consciente, pois é através dele que se decide o rumo de uma nação.

Apesar de todas as críticas direcionadas ao STF, em relação ao seu julgamento, há que se levar em consideração a inércia do Poder Legislativo, órgão competente originariamente por exercício dessa função, frente à sonegação de direitos relativos a uma imensa parcela da sociedade, cabendo ao Poder Judiciário reconhecê-los. A partir do posicionamento da Corte Suprema, estabeleceu-se parâmetro, para que os juízes de instâncias inferiores sentenciem em casos envolvendo uniões homoafetivas. Trazendo, assim, segurança jurídica para as partes, que estarão resguardadas frente à possibilidade de decisões controvertidas

existente antes do posicionamento do STF.

Torna-se oportuno neste momento, ressaltar que um dos requisitos para a validade do julgamento é que este seja proferido observando o princípio da imparcialidade do magistrado, almejando assim, alcançar a justiça.

As partes têm o direito de exigir um juiz imparcial, e esse direito subjetivo corresponde ao dever do Estado, que resguardou para si o exercício da função jurisdicional, de agir com imparcialidade na solução das causas, que lhes são encaminhadas. Visando a garantia da imparcialidade do juiz, no exercício de suas funções, o legislador positivou nos artigos 134 a 138 do Código de Processo Civil, as causas de impedimento e suspeição do juiz.

No caso da adoção homoafetiva, tema que gera tanta polêmica e envolve questões morais, sociais e religiosas, torna-se ainda mais clara a importância de um juiz imparcial para proferir uma decisão a respeito desta situação. Saliente-se, pois que este não deve levar para o caso, suas convicções, crenças e opiniões. Deve-se ater ao pedido, à lei e ao benefício que esta decisão trará às partes envolvidas e a essa parcela da sociedade que clama por reconhecimento.

Em 2010, houve o julgamento pelo STJ do REsp 889852/RS, que tratava de um caso onde a recorrida requeria a adoção de dois menores, os quais já eram filhos adotivos de sua companheira. O Ministério Público dentre as diversas alegações apresentadas no sentido da impossibilidade de adoção no caso apresentado, requereu que a união homoafetiva fosse definida como uma sociedade de fato, com base no artigo 1622 do CC (revogado pela Lei nº 12.010/2009 - A Nova Lei de Adoção), o que vedaria a adoção conjunta dos menores pleiteada pela recorrida.

Entretanto, para que haja um tratamento diferenciado em relação à determinado grupo de pessoas, deve existir uma fundamentação lógico-racional, que justifique a discriminação pretendida. Sobre isso ressalta-se:

Nem mesmo o legislador poderá criar discriminações arbitrárias, visto ter ele sua liberdade de conformação materialmente restrita tanto pelo princípio da igualdade quanto pelos dispositivos constitucionais em geral (VECCHIATTI, 2008, p. 259).

Ao final, os ministros da 4ª Turma votaram pelo improvimento do REsp, declarando a possibilidade da adoção conjunta pela recorrida. Antes do julgamento da ADPF 132 e da ADI 4722 do STF e o REsp 889852 do STJ, os juízes não tinham

um norte para julgar as ações que pleiteavam direitos decorrentes da união homoafetiva, proferindo assim decisões em sentido diversos. Entretanto, com o seu julgamento, um caminho foi determinado, devendo eles se aterem ao posicionamento dos órgãos superiores. Atualmente, o entendimento está pacificado no sentido da equiparação da união homoafetiva à união estável heterossexual, considerando-a como uma nova modalidade de família.

Reflexo dessa consolidação de posicionamento pelo STF foi a Resolução 175 do CNJ, publicada no dia 15 de maio de 2013, a qual determinou que todos os cartórios do país devem realizar a celebração do casamento entre pessoas do mesmo sexo, assim como realizar a conversão da união estável homoafetiva em casamento.

O homossexualismo, a religião e a questão da homofobia

O homossexualismo está presente na sociedade há milhares de anos, sendo em algumas civilizações enaltecido, em outras, tolerado ou até repudiado. Importante salientar que nem sempre o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo foi visto com maus olhos. Sabe-se que, atualmente, há um grande entrave para a aceitação dessas relações e o reconhecimento dos direitos dessa parcela da população. Um dos aspectos geradores de bastante resistência é o religioso.

Existe um aspecto legal, o qual se relaciona diretamente com todas as religiões, que se posicionam desfavoravelmente às uniões homoafetivas. O Projeto de Lei da Câmara nº. 122/2006 almeja criminalizar a homofobia, dando assim efetividade ao direito a não discriminação e a igualdade aos homossexuais. Com isso, surge o questionamento em relação a um possível choque entre dois princípios fundamentais: o da liberdade religiosa e o da igualdade.

Tayse Carvalho Silva Montenegro de Oliveira (2009) esclarece que não há grau de hierarquia entre tais princípios. Possuindo ambos, o mesmo valor. Assim, em caso de confronto, há uma grande dificuldade para se compatibilizar tais princípios, sendo de responsabilidade do aplicador do direito solucionar conflitos, advindos de casos concretos, em razão do choque entre direitos fundamentais.

Para solucionar tal impasse é necessário ter em mente que as restrições sofridas pela liberdade de manifestação devem respeitar os limites impostos, explícitos e implicitamente, pela Constituição Federal, conforme dizeres do Min.

Ilmar Galvão (1999). Em virtude disso, quando algumas religiões se posicionam contra o homossexualismo, não é possível afirmar que está caracterizada a homofobia. Pois, há a liberdade religiosa e tais comentários podem ser feitos dentro dos limites comentados acima. Caso ultrapassem, como por exemplo, no caso de agressão, ficará configurada a discriminação.

As passagens bíblicas, opiniões contrárias, críticas ao homossexualismo, e não contra os homossexuais como pessoas individualizadas, são atitudes que se harmonizam com os princípios da liberdade em seus vários aspectos. Assim como o princípio Democrático do Estado de Direito, conforme conclui Tayse Carvalho Silva Montenegro de Oliveira (2009, *online*).

Os reflexos psicológicos para o adotando

No caso da adoção por pares do mesmo sexo, deve-se levar em consideração diversos aspectos relacionados à figura do adotante e do adotando, para que tal instituto venha atingir a sua finalidade. Por ser um fato recente no Brasil, ainda não houve a possibilidade de estudar profundamente os reflexos psicológicos para a criança ou adolescente. Não sendo possível afirmar, com certeza, quais serão os reais impactos sofridos pelo adotando.

A maioria dos posicionamentos acerca deste tema se baseia em adoções já ocorridas. Estas são acompanhadas por psicólogos jurídicos, que ao longo desta caminhada, vão estudando e assim colhendo dados sobre as possíveis consequências desse ato.

A priori, indaga-se sobre como será o comportamento e a visão da criança ou adolescente adotado que vive com dois pais ou duas mães. Sendo ressaltado, inclusive, o desempenho das funções materna e paterna.

Elizabeth Zambrano (2006), ao comentar sobre três correntes de pensamento indica que uma delas se opõe a homoparentalidade, afirmando que: “a diferença dos sexos está no núcleo das representações identitárias”. Sendo, em razão disso, impossível para a criança imaginar que foi concebida fora dessa diferença. Tal corrente defende ainda, que esse tipo de criação seria um aniquilamento dos fundamentos antropológicos da constituição do parentesco, da família e da procriação.

Arnaldo Marmitt (1993, p. 112-113 *apud* PINTO, 2001, *online*) salienta em seu livro:

Se de um lado não há impedimento contra o impotente, não vale o mesmo quanto aos travestis, aos homossexuais, às lésbicas, às sádicas, etc., sem condições morais suficientes. A inconveniência e a proibição condizem mais com o aspecto moral, natural e educativo.

Em contrapartida, Maria Regina Castanho França (2009) se posiciona afirmando que os papéis materno e paterno não estão diretamente relacionados à figura do homem e da mulher, mas da pessoa que desempenha melhor as funções associadas a estes papeis. Assim, Ricketts e Achtenberg (1989 *apud* FRANÇA, 2009, *online*) reafirmam que a saúde mental e a felicidade individual dependem da dinâmica da família e não da forma como está estruturada. Reafirmando, Ricardo de Souza Vieira (2011) se posiciona no mesmo sentido: "As relações de parentesco são mais simbólicas do que biológicas. As funções psíquicas são o que realmente importa para o desenvolvimento de uma criança. E elas estão descoladas do aspecto anátomo-fisiológico, do corpo".

Crianças educadas por casais de homens, dificilmente ficarão isoladas do convívio com mulheres. Esses casais reconhecem a necessidade da presença de uma pessoa do sexo feminino, durante a vida rotineira para auxiliar nos cuidados com a criança. Assim, pode-se concluir que a adoção por homossexuais não implica no crescimento da criança com a ausência da figura feminina, pois esta encontrar-se-á materializada pela presença da mãe, irmãs, amigas e empregadas dos referidos casais (ZAMBRANO, 2006, *online*).

Vislumbra-se a figura de um terceiro participante no cotidiano dessas famílias, sejam elas formadas por dois homens ou duas mulheres. Este auxilia no cuidado da criança e se torna referência do sexo oposto dentro de tal modalidade de família.

Outro argumento utilizado, para o não reconhecimento da adoção por casais homoafetivos, é o da influência do convívio sobre a opção sexual do adotando. Reinaldo Azevedo (2010) faz um comentário em relação a esse preconceito, que muitos integrantes da sociedade carregam consigo: "homossexualidade 'não pega'. E heterossexualidade também não — ou a esmagadora maioria dos gays não viria de lares heterossexuais."

Tal afirmação faz todo sentido, pois como visto no tópico anterior, homossexualidade não é doença, sendo assim impossível o contágio. Não há influência direta entre a sexualidade dos pais com a dos filhos. Se assim fosse, não seria possível existir em uma família tradicional, diga-se com pais heterossexuais, um filho homossexual, visto que foram criadas por pais de sexos opostos, e de acordo com tal pensamento deveriam seguir a orientação sexual de seus pais. Deste modo, tal preconceito é vencido com base em uma questão simples e lógica.

Há, também, um grande questionamento sobre como se dará a recepção do adotando pela sociedade em seus afazeres diários, como por exemplo, ir à escola, e quais serão as reações e o impacto psicológico em relação ao comportamento preconceituoso e discriminatório de uma parcela da sociedade. Para o enfrentamento de tais situações, diversos conselhos são passados pelos psicólogos, os quais serão destacados no decorrer do texto.

Fernanda de Almeida Brito (2000, p. 55 apud PINTO, 2001, online) destaca que, além de uma visão desvirtuada do papel de pai e de mãe, a criança adotada por casais do mesmo sexo, teria diversos problemas sociais de convivência, em razão do preconceito, reprovação e retaliação de terceiros, ocasionando um risco ao seu bem-estar psicológico.

Mariana de Oliveira Farias e Ana Cláudia Bortolozzi Maia (2012) relatam o caso de preconceito sofrido por uma criança no ambiente escolar, por ter sido adotada em tal circunstancia. Tal embate foi resolvido com a mudança da criança para outra escola. As mães perceberam que a diretora não mudaria seu posicionamento, mesmo com a intervenção de um psicólogo para prestar esclarecimentos, e que a insistência só as machucaria ainda mais. Na nova escola, a criança estava se adaptando bem, sendo acompanhada pelos psicólogos e profissionais da educação.

O acompanhamento psicológico de ambas as partes, na adoção por homossexuais, é fundamental, pois assim aprenderão a lidar com eventual repúdio social. Deve-se lembrar que o tratamento diferenciado dado a essas crianças não é algo novo, visto que há um tempo os filhos de pais separados ou de mães solteiras também não eram bem vistos, fato que mudou ao longo do tempo (PINTO, 2001, *online*).

Alguns psicólogos afirmam que o adotando sofreria um preconceito duplo, em virtude da adoção e ainda pela opção sexual dos adotantes, e que a dificuldade para sua criação seria maior ainda. Problemas no seu desenvolvimento poderiam surgir em razão da tentativa de esconder da sociedade a orientação sexual de seus pais/mães, sentindo-se estigmatizadas com os questionamentos feitos em virtude da orientação sexual destes (FARIAS; MAIA, 2012, p. 177-178).

Recomenda-se que seja explicado à criança, desde cedo, a real situação, conforme sua capacidade de entendimento e de maneira natural. Não escondendo o fato da adoção e nem a relação existente entre o casal, atitude que garantirá um melhor desenvolvimento emocional. Esse agir com naturalidade, só é possível quando a pessoa lida bem com sua própria sexualidade. Sendo esta aceitação própria um ponto crucial no momento da análise de capacidade da pessoa para adotar, feita pelo psicólogo jurídico, conforme destacam Mariana de Oliveira Farias e Ana Cláudia Bortolozzi Maia (2012, p. 186).

Diversos autores destacam a importância e os benefícios que ocorreriam em virtude do reconhecimento da adoção por pares do mesmo sexo. Mariana de Oliveira Farias e Ana Cláudia Bortolozzi Maia (2012, *op. cit.*) trazem um dado interessante, repassado por um psicólogo, segundo o qual os requerentes homossexuais tendem a desejar a adoção por crianças mais velhas ou adolescentes. Conforme visão de Reinaldo Azevedo (2010, *online*):

Crianças abandonadas, no Brasil, são um verdadeiro flagelo social. Os orfanatos estão cheios. Parece que as famílias tradicionais não têm ocorrido em seu socorro em número suficiente. Não posso crer que seja um ato de amor impedir que dois homens ou duas mulheres — dotados das devidas condições psicológicas, morais e financeiras — as adotem. Nesse caso, essa é minha escolha moral. E não me parece generoso, ademais, que uma pessoa impedida de escolher a sua sexualidade também seja impedida de ser feliz ao lado de quem ama.

Ressalta-se que a permanência de uma criança em uma instituição, sem carinho, atenção e cuidados, seria muito mais prejudicial que a estranheza ocasionada por casais do mesmo sexo.

Deste modo, assimila-se que, apesar da divergência entre os posicionamentos acerca do tema, deve-se analisar de maneira imparcial levando em consideração o bem estar da criança ou adolescente e da real vontade do casal. Havendo a satisfação dos requisitos referentes ao processo de adoção, como: a

capacidade, a maioridade, a diferença mínima de idade de dezesseis anos entre o adotante e o adotado, além do parecer favorável do psicólogo e do assistente social, não há nada que impeça sua concretização.

A inserção de dados no registro do adotando

Ao ser levantada a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, logo se indaga a respeito de como ocorrerá a inserção de dados no registro do adotando. Neste tópico, será esclarecido o porquê desse questionamento, e analisado se há, ou não, obstáculos na lei para realização deste ato.

Utiliza-se como argumento para a impossibilidade de registro por pessoas do mesmo sexo, a previsão do registro civil na Lei 6.015/73, conhecida como Lei dos Registros Públicos, que foi direcionada apenas para filiação biológica. Entretanto, há que se considerar a época de criação desta lei, quando ainda não havia o reconhecimento de entidades familiares distintas do casamento, e nem a equiparação dos filhos concebidos no casamento com os adotados ou decorrentes de relações extraconjugais. Fato que aconteceu somente com o advento da Constituição de 1988 (SILVA, 2010, *online*).

Ao se posicionar favorável ou desfavoravelmente ao registro, deve-se levar em consideração o princípio do melhor interesse da criança, que norteia o instituto da adoção atualmente (CARVALHO). Deste modo, não há nenhuma exigência que impeça o registro da criança por dois pais ou duas mães. Nesse mesmo sentido, se posiciona o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 47. O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.

§ 1º A inscrição consignará o nome dos adotantes como pais, bem como o nome de seus ascendentes.

Outra justificativa para o não registro do adotando, por casais de mesmo sexo, são os possíveis prejuízos psicológicos que essa estrutura familiar e os eventuais conflitos entre os pais poderiam trazer. Como visto anteriormente, há estudos e relatos que comprovam que não há relação entre a opção sexual dos pais e a escolha e formação psicológica e sexual do filho. Há especialistas e estudiosos que destacam a ocorrência desses prejuízos em famílias convencionais, não estando assim, seu acontecimento vinculado à opção sexual (SILVA, 2010, *online*).

Ainda há resistência quanto à aceitação dos direitos que vêm sendo estendidos em favor dessa parcela da sociedade. Entretanto, a lei deve acompanhar a evolução da sociedade no tempo, não podendo ignorar a existência dessa nova entidade familiar e os direitos advindos desse reconhecimento. Hoje, a existência do vínculo familiar se alicerça na afetividade, não importando a opção sexual dos sujeitos que a compõe.

O registro de uma criança tendo como filiação duas pessoas do mesmo sexo, pode se opor aos costumes, mas não ao ordenamento jurídico. A partir de 1º de janeiro de 2010, começou a circular um modelo padronizado de certidão de nascimento, o qual permite a formalização do vínculo de filiação entre o adotado e duas pessoas do mesmo sexo (DEUS, 2010, *online*).

Ao adotar, é possível a inscrição do nome dos adotantes e dos ascendentes do adotando no registro, em razão da existência de um vínculo de filiação idêntico ao existente na relação biológica. Com o registro, a criança ou adolescente passará a gozar dos direitos decorrentes desse vínculo, como por exemplo, o direito sucessório. Estará, também, amparado nas situações em que ocorra um conflito entre os pais ou até mesmo a ausência de um deles (SILVA, 2010, *online*).

O registro será feito observando os requisitos habituais, tendo apenas como diferença a supressão dos termos “pai”, “mãe”, “avós paternos” e “avós maternos”. Os dois primeiros termos serão substituídos por “filho de”, fazendo constar o nome dos avós, sem que haja distinção entre paterno e materno (DINIZ, 2008, *online*).

Com essas argumentações, verifica-se a possibilidade de inserção do nome dos adotantes, ainda que do mesmo sexo. Mesmo com toda resistência por parte de uma parcela da sociedade, os casais homoafetivos vêm conquistando seus direitos. Provando que não há distinção entre um lar hetero ou homoafetivo, para o crescimento, formação e educação de uma criança ou de um adolescente.

Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo geral a pesquisa acerca dos reflexos psicológicos para o adotando na união homoafetiva. Neste ponto, grande embate foi travado entre os estudiosos, no que diz respeito à imprescindibilidade de uma figura do sexo masculino e outra do feminino dentro do lar, para a formação saudável do adotando. Outra questão suscitada levou à análise das consequências da influência do convívio com aquele casal sobre a formação psicológica e até mesmo os reflexos para a escolha da opção sexual do adotando. Entretanto, ainda não é possível estabelecer quais as reais consequências dessa adoção, visto que é um fato recente no Brasil, servindo como base de estudos as adoções que vêm ocorrendo.

Outra questão polêmica abordada, com relação à aceitação dos homossexuais e consequentemente aos direitos por eles adquiridos, é a religiosa. Constatou-se que diversos são os posicionamentos religiosos acerca desta temática, os quais variam conforme a doutrina religiosa. Trabalhou-se em controvérsia a questão da homofobia, ressaltando o projeto de lei que visa criminalizar esse ato, e os manifestos religiosos, apresentando o possível choque entre os princípios da liberdade religiosa e da igualdade, esclarecendo a possibilidade de harmonização entre estes.

Atualmente, as entidades familiares têm como principal ponto caracterizador a existência do afeto entre seus membros, afastando a concepção de sociedade de fato. Recebem especial proteção no texto da Carta Magna de 1988, o qual prevê algumas das espécies. Com a sua promulgação, houve uma ampliação no rol. A família homoafetiva não teve previsão expressa no texto legal, entretanto é trabalhada por diversos doutrinadores, tendo decisões acerca do seu reconhecimento como entidade familiar pelos órgãos máximos de justiça. O STJ e o STF, em recurso e ações, julgaram pela equiparação das uniões homoafetivas à união estável heterossexual, estendendo, assim, a elas diversos direitos, inclusive o de adotar.

Ao proferir a decisão sobre a ADPF 132 e a ADI 4722, foi atribuído ao STF a ocorrência do fenômeno do ativismo judicial e a afronta ao princípio da separação dos poderes. Visto que por meio dessa decisão o STF, legislou sobre o assunto posto em debate. Entretanto, haviam mecanismos adequados com os quais seria possível sanar a omissão da norma pelo STF, sem que houvesse afronta a tal

princípio.

A imparcialidade do juiz é imprescindível para que a justiça seja alcançada, quando do julgamento do processo. Ao proferir uma decisão acerca de um tema tão polemico quanto o da adoção por casais homoafetivos, o magistrado deve despir-se de suas opiniões, crenças e convicções, atendo-se assim, apenas ao pedido. Com a concessão da adoção para o casal, não há nada na lei que obste o registro civil do adotando, no qual constará o nome de duas mulheres ou de dois homens, visto que há que se levar em consideração o princípio norteador do instituto da adoção: o do melhor interesse da criança.

Conclui-se, portanto, que não há empecilhos legais para a adoção por casais do mesmo sexo, assegurando a eles os direitos conferidos aos casais heterossexuais em união estável, por decisão dos órgãos máximos de justiça no Brasil. Este posicionamento deverá ser respeitado, servindo de norte para os magistrados de instâncias inferiores no momento de seu julgamento.

Referências

AZEVEDO, Reinaldo. A adoção de crianças por gays. **Veja**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/a-adocao-de-criancas-por-gays/>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática**. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. In: jurisprudências. 1999. Disponível: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266572>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

BRUNAZO FILHO, Amilcar. **Acúmulo de Poderes do TSE e Seus Efeitos Sobre a Transparência Eleitoral**. Disponível em: <<http://www.brunazo.eng.br/voto-e/textos/poderes1.htm>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Direito constitucional ao alcance de todos**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARVALHO, Roberto Ribeiro Soares de. **A possibilidade de registro de dois pais na certidão de nascimento da criança**: Uma reflexão civil-constitucional. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=411>>. Acesso em: 08 abr. 2013.

CHAVES, Marianna. **União homoafetiva**: breves notas após o julgamento da ADPF 132 e da ADI 4277 pelo STF. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19274/>>

uniao-homoafetiva-breves-notas-apos-o-julgamento-da-adpf-132-e-da-adi-4277-pelo-stf#ixzz2Jwp9GwXn>. Acesso em: 02 fev. 2013.

DEUS, Enézio de. **A certidão de nascimento na adoção por casal homossexual**. Disponível em: <http://www.arpenbrasil.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3433&Itemid=83>. Acesso em: 05 abr. 2013.

DINIZ, Maria Aparecida Silva Matias. **Adoção por pares homoafetivos**. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/12059/adocao-por-pares-homoafetivos/3>>. Acesso em: 08 abr. 2013.

FARIAS, Mariana de Oliveira; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Adoção por homossexuais**: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica. Curitiba: Juruá, 2012.

FRANCA, Maria Regina Castanho. **Famílias homoafetivas**. Rev. bras. psicodrama, São Paulo, v. 17, n. 1, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932009000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev. 2013.

OLIVEIRA, Tayse Carvalho Silva Montenegro de. **Liberdade de crença religiosa e discriminação contra homossexuais**: uma análise breve sob a ótica do Projeto de Lei nº 122/2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/23538/liberdade-de-crenca-religiosa-e-discriminacao-contra-homossexuais/3#ixzz2KGtVKx4c>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

PINTO, Flavia Ferreira. Adoção por homossexuais. **JusNavigandi**, Teresina, ano 7, n. 54, 1 fev. 2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/2669>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

SILVA, Ulisses Simões da. **Adoção por casal homoafetivo e o conservadorismo da nova lei de adoção**. Disponível em: <<http://lob-svmfa.com.br/arquivos/site/publicacoes/files/artigos/4416162912010.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

SILVA JUNIOR, Assis Moreira. **A formação da união estável homoafetiva e suas implicações práticas**. Disponível em: <<http://acapa.virgula.uol.com.br/blogs/leitor/a-formacao-da-uniao-estavel-homoafetiva-e-suas-implicacoes-praticas/28/14669>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual da homoafetividade**: da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivos. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2008.

VIEIRA, Ricardo de Souza. **Família homossexual garante suporte psíquico para criança adotada**. Disponível em: <<http://www.diariodasaude.com.br/news.php?article=familia-homossexual-suporte-psiquico-crianca-adotada&id=6421>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 21 fev. 2013.